

Difícil admitir que o ensino de 2º grau em São Paulo seja pior do que em capitais como Curitiba, Fortaleza e, até mesmo, Salvador — mas é verdade. O relatório que o professor Eraldo Marelim Vianna, da Fundação Carlos Chagas, vai entregar na próxima segunda-feira ao Ministério da Educação tem esta incômoda revelação. E outra: os piores desempenhos são dos alunos que fazem habilitação em Magistério. Eles têm uma “péssima” atuação em Português e um aproveitamento dramático, “quase trágico”, em Matemática.

A pesquisa foi feita no segundo semestre do ano passado — a pedido da Secretaria de 2º grau do MEC e com financiamento do Banco Mundial e do próprio MEC — em 70 escolas oficiais e particulares, com alunos da 3ª série do 2º grau. Logo no início, a grave constatação: os alunos começam a faltar na escola em setembro. Os pesquisadores encontraram colégios inteiramente vazios. “A maioria das provas já foi feita, eles podem faltar em 25% das aulas, e a desculpa é sempre o cursinho para o vestibular”, explica Vianna, contando ao verificar que 86,3% dos 2.648 alunos entrevistados não frequentavam cursinho, seja em Fortaleza (90,6%), Salvador (88,5%), São Paulo (86,7%) ou Curitiba (80,9%).



Vianna: surpresa.

Quando os pesquisadores passaram para a parte prática, com a aplicação de provas, nova surpresa desagradável: São Paulo ficou com as piores médias — 16,4 em Português (a pontuação máxima era de 35) e 12,1 em Matemática (a maior pontuação 45) — enquanto Fortaleza, Salvador e Curitiba tiveram, respectivamente, médias de 18,0, 17,2 e 19,1 em Português, e de 17,3, 15,1 e 17 em Matemática. “As provas foram iguais para todos, e sempre baseadas no programa do 2º grau, com questões que, inclusive, já haviam sido aplicadas”, observa Vianna — que, aos 62 anos, 45 deles trabalhando na Educação (23 como professor e 22 como pesquisador), nunca viu uma situação semelhante à que se vive hoje. “Isto é um indicativo de que as coisas não vão bem e que os alunos realmente estão terminando o 2º grau com deficiências muito grandes. Elas vão, inevitavelmente, influir nos resultados do vestibular e, por que não dizer, na vida da própria Nação no futuro”, adverte o professor.

Os erros

Os alunos têm muita dificuldade na compreensão de textos e para escrever uma redação, apresentam erros crassos em grafia e acentuação, tempo, modo e concordância verbal, não sabem usar a voz ativa e passiva e, muito menos, a crase. E não importa se a rede é pública ou privada, porque os resultados são quase sempre os mesmos. Vianna conta que em questões sobre voz ativa e passiva todo mundo foi mal: os alunos do ensino técnico público acertaram entre 9,5 (estudantes do Senai) e 13,4 e 14,3% das perguntas; os do ensino geral público, 16,3%; os do ensino privado geral diurno, 17,3% e os do noturno, 13,2%.

O Magistério apresentou as piores atuações: os alunos do ensino público diurno acertaram 13,8% das questões, os do privado noturno 14,3% e os do privado diurno — absurdo — apenas 4,2%. Segundo a pesquisa da Fundação Carlos Chagas, foi o ensino privado que ficou com os piores índices e percentuais de acertos nas provas, tanto de Português como de Matemática. E sempre na turma do Magistério — “nossos futuros professores”, como lembra o pesquisador.

Os erros mais comuns: os alunos escrevem sozinho com s, contenção (ato de conter) com s, têxtil com s, pesquisa com z e agüitar sem o u, resultando em **agentar**. Não sabem usar corretamente os verbos admirar, chegar, ouvir e ser no contexto de uma frase e, quando têm que usar o **há** (do verbo haver), confundem com o **à** (craseado). O mesmo ocorre com o uso das formas verbais **existe** e **existem**. Também não sabem usar corretamente a forma verbal **deveria haver** e **fazia**. “Quase sempre escrevem **deveriam haveriam** e **faziam** tantos dias, por exemplo”, diz Vianna.

Em Matemática, as dificuldades ficam por conta da Trigonometria, com percentagens de acertos que vão de 19,2%, no ensino público técnico, a 11,7%, no ensino público geral diurno. Mais uma vez o Magistério acusa os piores aproveitamentos, agora no ensino privado diurno e noturno: apenas 8,3 e 4,8% de acertos nas questões. Mas os alunos também não são bons em Geometria Analítica (todas as turmas não acertaram mais que 18,8% das questões) e Análise Combinatória-Binômio de Newton, na qual a média de acerto ficou em 19,7%: os alunos do curso técnico público diurno acertaram 39% das perguntas, e o Magistério, de novo, ficou na lanterninha, com 8,5% de acerto na rede pública diurna e 2,4% no ensino privado noturno.

“Em Matemática, os alunos tiveram dificuldades em praticamente tudo. O motivo, pelo que pudemos observar, é o resultado de uma soma de variáveis que vão desde as condições físicas precárias das escolas — em todas elas faltam muitas coisas, como laboratórios, bibliotecas, material didático —, até a situação dos professores — que, como podemos sentir, está

Educação

Erros e mais erros. É muito triste o aprendizado dos alunos de 2º grau, como revela um estudo.

1. ERRO DE CONJUGAÇÃO DE VERBO:

Se vocês obterem o dinheiro, dem um passeio.

(O uso correto dos verbos é: “Se vocês obtiverem o dinheiro, dêem um passeio”.)

2. ERRO DE CONCORDÂNCIA VERBAL:

Já à meses que não existe mais vagas nesta escola.

(A concordância certa é: “Já há meses que não existem mais vagas nesta escola”.)

3. ERRO DE PONTUAÇÃO:

Há, neste texto contudo dificuldades intermináveis.

(Uma das formas de pontuação é: “Há neste texto, contudo, dificuldades intermináveis”.)

4. ERRO NO USO DA CRISE:

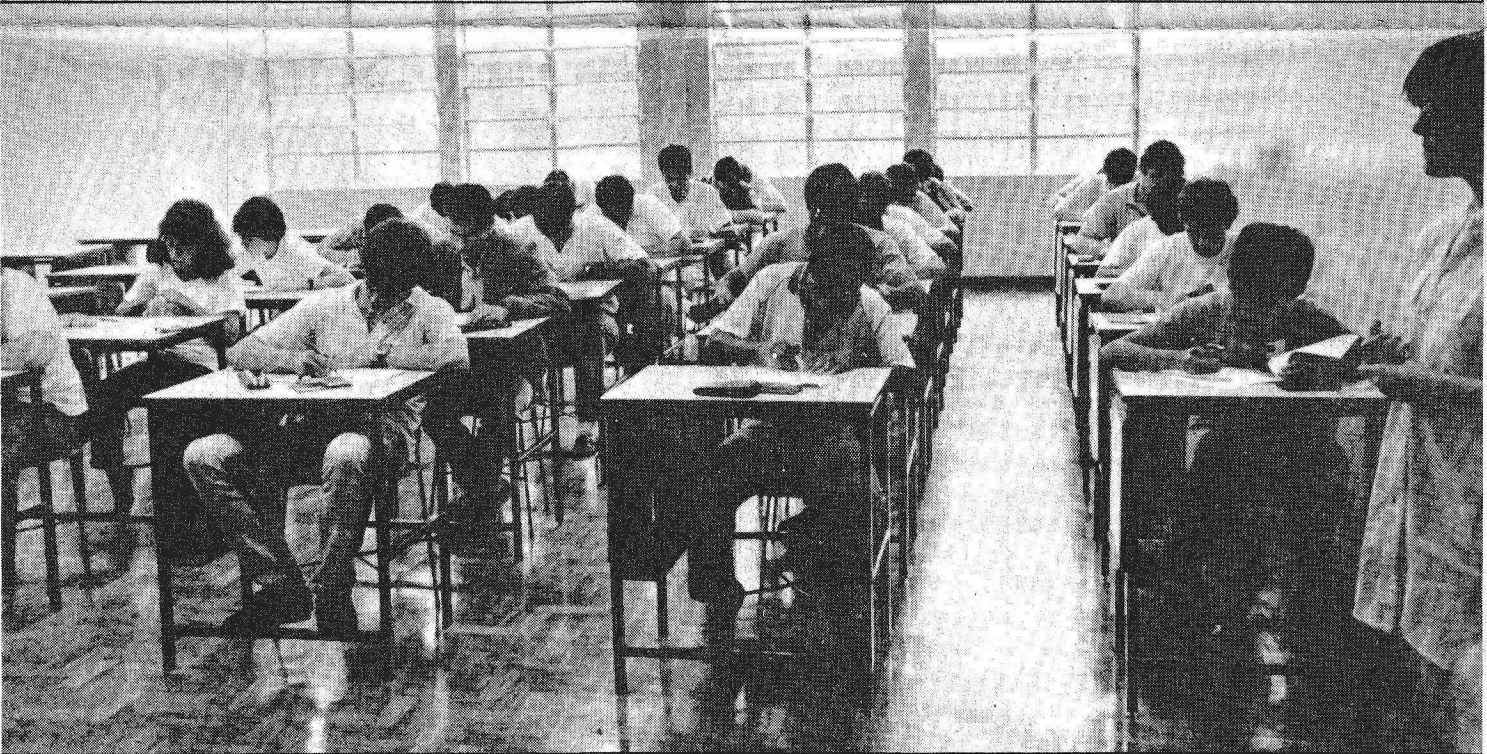
Peça à ela que compareça a reunião de hoje a tarde.

(O emprego correto da crase é: “Peça a ela que compareça à reunião de hoje à tarde”.)

A trágica ignorância dos estudantes paulistas

Os alunos do 2º grau paulistas são péssimos em Português e seu aproveitamento em Matemática é dramático. Essa é a constatação de uma pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas - que abrangeu o ensino também em Curitiba, Fortaleza e Salvador. E os nossos estudantes são tão ruins, que ficaram atrás de todos os alunos entrevistados.

REPORTAGEM DE RITA DE BIAGIO



Os alunos de São Paulo: nível de conhecimento sofrível.

AS PIORES MÉDIAS PARA SÃO PAULO

As provas foram passadas a alunos da 3ª série do 2º grau de Fortaleza, Salvador, São Paulo e Curitiba. A pontuação máxima em Português era 35. Em Matemática, 45 — os dois limites relacionados com o número de questões das provas. São Paulo, como se vê no quadro menor, ficou com as piores médias — 16,4 em Português e 12,1 em Matemática. Em Português Curitiba ficou com 19,1. A maior média em Matemática, 17,3, ficou com Fortaleza. Divididos por cursos, os alunos do curso de magistério público foram os piores em Matemática, com 10,4 — mesma média do segundo

Cidade	Português	Matemática
	Média	Média
Fortaleza	18,0	17,3
Salvador	17,2	15,1
São Paulo	16,4	12,1
Curitiba	19,1	17,0
TOTAL	17,2	14,0

Categoria de Curso			Português	Matemát
Tipo	Rede	Turno	Média	Média
Técnico	Público	Diurno Noturno	21,4 19,0	22,9 20,1
Técnico	Senai		16,8	12,8
Geral (Colegial)	Público	Diurno Noturno	17,9 14,5	12,5 10,4
	Privado	Diurno Noturno	20,3 19,9	20,9 21,9
Magis tério	Público	Diurno Noturno	15,9 -	10,4 -
	Privado	Diurno Noturno	19,0 17,4	11,8 11,2
Total			17,2	14,0

grau público noturno. Analisados em conjunto, os melhores resultados foram obtidos pelos alunos do ensino técnico público (diurno e noturno) e o segundo grau privado (diurno ou noturno). A melhor média, de todo o quadro maior, é 22,9 — em Matemática.

Pais de alunos se mobilizam contra o reajuste

Alunos e seus pais fazem hoje, às 19h30, no pátio da Assembleia Legislativa, um ato público para colher assinaturas para uma ação civil pública contra a Portaria 140/89 do Ministério da Fazenda, que liberou as mensalidades escolares, e contra as orientações do Sindicato dos Proprietários de Escolas Particulares. Ontem, mais de 40 deles estiveram na Secretaria de Defesa do Consumidor. Lá, entregaram ao secretário Paulo Salvador Frondin um documento com as suas reivindicações. E pediram o apoio do órgão contra uma situação que, segundo eles, é “inconstitucional”.

Mauro Bueno, pai de aluno, advogado e presidente da Associação Intermunicipal de Pais e Alunos, falou na secretaria em nome também da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, União Nacional dos Estudantes, e de vários diretórios acadêmicos de faculdades de São Paulo — que, pela primeira vez, se unificaram em um protesto. Bueno afirmou que não reconhecem nem vão aceitar a Portaria 140/89. “E estamos cobrando do Mi-

nistério da Fazenda um esclarecimento público sobre os critérios utilizados para privilegiar as escolas particulares com a liberação dos preços”, explicou.

Os pais criticam também o sindicato dos donos de escolas, que está recomendando aos seus filiados que cobrem 60,4% a mais na mensalidade de junho. “Isto é uma manobra do sindicato para desviar a atenção sobre o que é mais danoso na portaria, que é a liberdade vigiada. Os pais ainda não a sentiram, mas vão sentir em julho, depois das férias, quando tiverem que pagar a escola”, alertou Bueno, orientando pais e alunos para que não paguem “nenhum por cento”.

Seu conselho: depositar em juízo o valor da mensalidade de julho, que deve ser a mesma de junho, e entrar com uma ação civil pública pedindo que a escola comprove, através de documentos fiscais — livro-caixa, contabilidade, Imposto de Renda, folha de pagamento do pessoal, FGTS, taxas — que não está com lucro superior aos 10% estabelecidos pela portaria.

sendo mal formado — e as estratégias de ensino, talvez, inadequadas para os alunos”, analisa Vianna, bastante preocupada com a situação.

“Vejo uma situação cada vez mais crítica. Mesmo com os esforços e as somas fabulosas investidas pelo MEC na Educação, as coisas não estão melhorando”, alerta o pesquisador, preocupado em saber “até que ponto essas verbas estão sendo realmente bem aplicadas”.

Perfil dos alunos

Como também ocorre com os alunos do 1º grau, a rede oficial de 2º grau, em termos gerais, é frequentada geralmente por estratos sociais menos favorecidos. Mesmo em estados como São Paulo, economicamente mais desenvolvido, a rede pública é frequentada pelo aluno mais pobre. Ainda que a escola esteja localizada em um bairro de classe média, “quem estuda nela são os filhos dos operários e empregadas domésticas da região”, destaca Vianna.

A maioria desses alunos pertence a famílias numerosas, com cinco e até oito membros. Apenas 2,6% dos entrevistados não moram com a família. Os pais, na sua maioria (34,5%), possuem apenas o 1º grau incompleto e 17,4% deles completaram o 1º grau.

Quanto aos alunos que cursam o Magistério, 36% dos consultados têm pais com curso superior completo, e 96% também pretendem ingressar na universidade, razão pela qual gostariam de fazer o 2º grau em uma escola particular — mas a maioria não consegue. O nível de instrução da mãe desses alunos também é de 1º grau incompleto ou completo, na sua maioria (58%).

Com exceção do curso técnico público, onde os homens predominam (73,3% no ensino diurno, 81,0% no noturno e 93,2% no Senai), é a mulher quem está estudando mais. O ensino público geral diurno consegue arrebatar 76,9% das estudantes, mas está no Magistério a grande concentração de mulheres: 98,4% no público diurno, 92% no privado diurno e 97,5% no privado noturno. A maioria (43,5%) nunca trabalhou e 21,8% começam a trabalhar aos 16 ou 17 anos. Apenas 7,1% afirmaram ter começado a trabalhar com menos de 14 anos.

Quanto à renda mensal desses alunos, 49% não têm nenhuma, 13,1% recebem até um salário mínimo, 9,2% de um a 1,6 salário mínimo, e apenas 7,1% de dois a 2,6 salários mínimos. A renda total da família dos estudantes está entre 3,3 a 6,5 salários mínimos para 23,2% dos entrevistados, e entre 6,5 a 13 salários mínimos para 26,9%. Outro dado que os pesquisadores da Fundação Carlos Chagas consideraram “lamentável”: 31,6% dos entrevistados disseram “não sei”, à indagação sobre “gasto anual com livros e material didático”, e 11% afirmaram gastar apenas 0,32% de seus orçamentos. Mais uma prova “cruel”, segundo Eraldo Marelim Vianna, de que o aluno, por falta de condições financeiras e intelectuais não está investindo em si próprio.

A Secretaria da Educação impõe as suas regras

“Essa publicação é mais uma ameaça, que não nos intimida e uma prova de que a greve continua.” Dessa forma, os representantes das cinco entidades do magistério — Apase, Apeesp, Afuse, CPP e Udemo — receberam, ontem, a informação de que o governo estadual vai publicar hoje no **Diário Oficial** um calendário para a reposição dos 71 dias de greve da categoria, completados hoje.

De acordo com a resolução, assinada pelo secretário da Educação, Chopin Tavares de Lima, o segundo semestre letivo começará no primeiro dia após o cumprimento dos 90 dias letivos do primeiro semestre, que deverão ser repostos. As avaliações do primeiro bimestre, que não haviam sido concluídas quando a greve começou, serão realizadas no decorrer do segundo bimestre.

A publicação oficial diz que as escolas que pararam totalmente deverão refazer seu calendário. O Conselho da Escola — formado por representantes de pais, alunos, professores, diretores e funcionários — vai elaborar e aprovar o calendário. O diretor deverá encaminhá-lo às delegacias de ensino, para a homologação. Nas escolas que interromperam as aulas parcialmente, o mecanismo será praticamente o mesmo, mas com um plano de reposição das aulas perdidas. Nos dois casos serão utilizados os dias do recesso de julho, os sábados e os horários intermediários entre os turnos. Os alunos têm, normalmente, quatro horas de aula por dia — e, segundo a resolução, as reposições não poderão nunca ultrapassar mais de três horas de aula.

Todas as reuniões pedagógicas, e as demais, serão realizadas aos sábados. A secretaria deverá recompensar os professores que não aderiram à greve. Eles terão direito ao recesso de julho e ainda vão ganhar por serviços extraordinários todas as vezes que forem convocados.

“Está vendo? Ele (o secretário Chopin Tavares de Lima) sempre diz que não tem verba, mas numa situação como essa arranja um jeito de ter dinheiro. É mais uma tentativa de dividir a categoria e acabar com a greve”, esbravejou João Antonio Felício, presidente da Apeesp, que insistia ontem que a paralisação atinge 70% dos professores. Ele passou a tarde reunido com a diretoria das outras entidades para redigir uma matéria paga que será publicada nos jornais nos próximos dias.

Uma das propostas está em quadrinhos

Luiz Prado/AE

O professor: derrota?